

# ATÉ A IGREJA CAI NO CONTO DOS GRILEIROS

Rovênia Amorim  
Cristina Ávila  
Da equipe do **Correio**

Fotos: Raimundo Paccó 13.4.99

O peão percorre a cavalo o descampado com a certeza de que algum dia parte daquele chão será seu. Arenaldo comanda os outros peões que usam enxada para improvisar uma estrada no meio do mato. Trabalham para os empreendedores que querem criar na área um novo condomínio irregular em área pública no Distrito Federal — o Solar de Brasília.

Arenaldo Gomes de Oliveira, 25 anos, não diz o nome de quem lhe paga um salário mínimo para vigiar a terra, que a Terracap tem registro em cartório de imóvel. "Me contrataram para evitar invasão aqui. Pediram para não falar o nome", contou. A recompensa pela lealdade é uma promessa. "Trabalho pra eles há três anos. Vou ganhar um lote como pagamento no final disso tudo."

O destaque no meio do descampado é só a igreja de madeira pintada de branco e uma enorme cruz de eucalipto na frente. É onde mora Arenaldo. É onde os grileiros tentam a bênção para o parcelamento irregular. Os condomínios irregulares consolidam-se com a utilização de várias artimanhas. A tentativa de envolvimento da igreja para dar crédito a negócios ilícitos é só um detalhe dos empreendedores do Solar de Brasília. A montagem dos processos jurídicos é o recurso mais sofisticado.

O condomínio fica próximo à Escola de Administração Fazendária (Esaf), a 30 quilômetros da Rodoviária do Plano Piloto, na margem da DF-001, em São Sebastião. O loteamento foi dividido em



O condomínio Solar de Brasília fica perto da Escola Fazendária, a 30 km de Brasília, e foi dividido irregularmente em 800 lotes, cada um vendido a R\$ 20 mil: liminares garantem permanência

cerca de 800 lotes, vendidos por R\$ 20 mil ou mais cada um.

Há na área apenas alguns barracos. E as estradas feitas à enxada e cercas de eucalipto que começaram a ser levantadas em janeiro deste ano. O condomínio cresce discretamente. Foram arrancados 11 quilômetros de cercas de estacas de concreto com a identificação da Terracap. Um prejuízo de R\$ 63 mil à empresa.

## "FUI ENGANADO"

Nos últimos anos o loteamento esteve protegido pela fiscalização da Terracap. A área está *sub judice*. A Justiça não permite edificações no local. Para garantir que o condomínio não fosse modificado, foi instalada uma guarita, demolida no final deste ano.

No final do ano passado, uma corretora conhecida como Aída levou o cardeal-arcebispo de Brasília, Dom José Freire Falcão, para rezar uma missa na igreja. "Fui enganado", reclama. Ele somente descobriu que estava em uma invasão de terra pública quando celebrava a missa. A reação do religioso virou desabafo no sermão. "Reagi fortemente. Jamais permitiria uma paróquia num terreno não legalizado", afirmou o cardeal.

A mulher chamada Aída já havia buscado o cardeal em casa para mostrar o terreno onde ele rezou a missa. "Ela dizia que queria doar um terreno para a construção da igreja (definitiva)", contou. Estratégia que Dom José condena. "Celebrar a missa é querer levar o povo a pensar que a área é legalizada.

## ANÁLISE DA NOTÍCIA

### FALTA DEFESA PARA O CIDADÃO

Paulo Pestana  
Da equipe do **Correio**

O Governo do Distrito Federal vive um dilema hamletiano, olha a caveira e não faz nada. Está se portando como um refém nas invasões de terras públicas recentes, paralisado por liminares — liberadas à granel para posseiros — e esperando dias melhores. Enquanto isso, grileiros vestidos de incorporadores imobiliários trabalham; derrubam cercas, invadem, demarcam lotes e deixam jagunços numa terra que não é deles.

É ótimo que o governo cumpra as decisões da Justiça, mas está passando da hora de defender o cidadão que, até por não ter outra opção, investe numa loteria e compra uma promessa. A conversa envolvente dos falsos corretores resolve qualquer dúvida na cabeça de um trabalhador da classe média, cansado de pagar aluguel e vendo aquela imensidão de terra. Eles citam exemplos de outras pessoas que invadiram, construíram e que vão continuar morando nos condomínios, dizem que está tudo acertado, que vão ganhar a posse da terra na Justiça e mostram documentos falsos.

Uma campanha forte poderia esclarecer o cidadão comum que ele está caindo num conto, que pode perder todo o dinheiro que pagar agora. Esta campanha certamente faria os juízes que liberam liminares sem muitas perguntas refletirem um pouco mais sobre o problema, poderia mobilizar a sociedade e contribuir para o debate sobre o que é terra pública e o que é particular no Distrito Federal e qual a postura que o governo deve ter diante de cada um desses problemas.

No caso do condomínio Solar de Brasília, assim como no caso do Belo Horizonte, não cabe discussão — a Terracap tem o registro dos imóveis em cartório. Aí só a fiscalização vai resolver, impedindo a entrada de material de construção e trabalhadores, dificultando a vida dos vendedores. Pelo menos até que seja feita a definição fundiária do Distrito Federal, um trabalho que começou há anos, cabe ao governo provocar a desilusão dos incautos — alguns nem tão incautos assim — antes que eles criem um novo problema e se considerem tão donos da terra quanto os grileiros, como um moto-perpétuo jurídico.

Não acho isso certo. Falei isso até para aquele..., aquele deputado que agora é federal. O Filippelli. E ele concordou comigo."

O **Correio** procurou a assessoria de imprensa do atual secretário de Obras, Tadeu Filippelli (PMDB), mas não obteve retorno. O assessor José Carlos comentou que "o secretário é muito religioso" e pro-

vavelmente tenha ido para assistir à missa.

A mulher conhecida como Aída, procurada pelo telefone, não quis falar sobre o assunto. Negou que estejam sendo vendidos lotes no local e não quis dizer seu sobrenome. E fez ameaças. "Não tenho obrigação de lhe dar informação nenhuma. Você está perdendo seu tempo.

Vou te processar", disparou.

Mas Aída fez questão de lembrar um documento entregue ao jornal em 14 de abril deste ano, quando a reportagem tentava marcar uma entrevista com os empreendedores do condomínio. A "nota de esclarecimento" foi assinada pelo síndico do Condomínio Solar de Brasília, Eduardo Garcia Bontem-

po, e pela presidente da Associação dos Condôminos, Maria Auxiliadora Vaz de Melo.

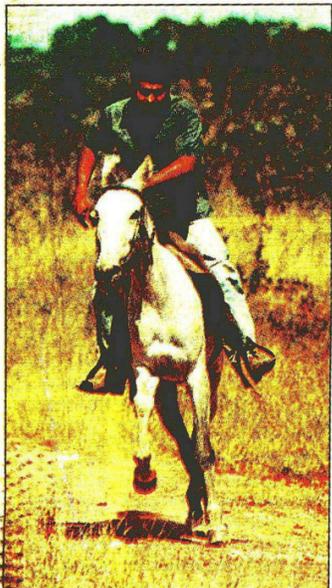
A nota só adverte que "toda e qualquer informação" a respeito do condomínio encontra-se no processo judicial em tramitação no Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

## SOFISTICAÇÃO

Na Justiça eles têm artifícios mais sofisticados. Segundo o Ministério Público, a documentação do loteamento baseia-se no que os especialistas chamam de "deslocamento de título". Ou seja, apresentam-se papéis imobiliários referentes a uma gleba diferente daquela sobre a qual se pretende criar o condomínio. Para confundir a Justiça.

As armações dos empreendedores são bem fundamentadas e usam pessoas como testas de ferro. O ex-funcionário do almoxarifado da empresa Serrana Agroindústria Ltda, Máximo Aureliano Santos Salles, 32 anos, teria sido usado como laranja na falsificação dos documentos de propriedade do loteamento. O **Correio** apurou que Máximo, teria sido estimulado pelos grileiros a assinar vários documentos em branco.

O nome de Máximo aparece ainda na documentação inicial de outros condomínios, como o Belo Horizonte e Villages Alvorada, no Lago Sul. A estratégia de usar a assinatura do laranja é justamente para acobertar os reais empreendedores. Máximo não foi localizado pelo jornal.



Arenaldo ganha um salário mínimo para evitar invasão na terra invadida